

Estados e municípios proibidos de lançar novos títulos até 2010



A Mesa do Senado durante a sessão que fixou novas normas para a tomada de empréstimos por estados e municípios e aprovou a limitação da imunidade parlamentar

Congresso define Comissão Representativa

O senador Geraldo Melo, 1º vice-presidente do Senado, anunciou, na sexta-feira, a composição da Comissão Representativa do Congresso Nacional, que funcionará no recesso de julho. Entre outras atribuições, a comissão pode deliberar sobre projetos relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder Executivo e autorizar o presidente e o vice-presidente da República a se ausentarem do país. **Página 3**

- Rolagem de dívida exigirá resgate mínimo
- Antecipação de receita só com leilão eletrônico
- Endividamento deverá cair a cada ano
- Juros de empréstimos serão limitados

A semana que passou foi marcada, no Senado, por decisões importantes nas áreas econômica e política.

Em busca do equilíbrio das contas públicas, o plenário aprovou resolução que proíbe a emissão de novos títulos estaduais e municipais por 12 anos e estabelece diversas condições para a rolagem das dívidas e antecipação de receitas.

Na área política, foram aprovadas por unanimidade novas normas para a imunidade parlamentar, facilitando a abertura de processo contra senadores e deputados pelo Supremo Tribunal Federal.

No total, o Senado apreciou durante a semana 37 matérias, aprovando 35 e complementando, neste ano, 246 matérias apreciadas e 221 aprovadas. **Páginas 4 e 5**

O Senado já apreciou neste ano

246
matérias

Agripino propõe juro menor para agricultura nordestina

O senador José Agripino (PFL-RN) apresentou projeto de lei para adequar a taxa de juros do crédito rural à realidade do Nordeste, com a criação do Programa de Compensação de Encargos Financeiros (Procef). O objetivo é propiciar recursos para o investimento nas atividades agropecuárias de seqüeiro do semi-árido do Nordeste e dar cobertura às diferenças dos encargos financeiros cobrados dos tomadores de empréstimos e os devidos aos agentes financeiros do Sistema Nacional de Crédito Rural.

O programa será constituído, conforme a proposta de Agripino, pela contribuição dos tomadores em montante equivalente a 3% do financiamento total, a ser liberado da primeira parcela de crédito; de 1% do Fundo de Participação dos Estados, destinado ao estado que aderir voluntariamente ao programa; de 1% do valor do Fundo de Participação dos Municípios relativo aos municípios que aderirem voluntariamente ao programa; e de outros recursos públicos ou particulares



Agripino ouviu sugestões

de fontes internas e externas, que sejam especificamente destinados ao Procef.

Os encargos de financiamentos variam, de acordo com o projeto, de zero por cento ao ano nas propriedades rurais até 10 hectares a 4,4% ao ano nas propriedades rurais acima de 50 hectares, sendo que as operações de crédito rural serão contratadas com prazo de carência entre dois e cinco anos e prazo de amortização de 30 anos.

O Procef será administrado por um conselho diretor integrado por representantes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na

Agricultura (Contag), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), além de um representante do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Ao justificar o projeto, José Agripino afirmou que o problema maior que os nordestinos enfrentam, além da seca, é a taxa de juros do crédito rural, que inibe investimentos na agricultura. Para ele, não é admissível que a taxa que o produtor paga no Nordeste seja a mesma dos estados do Sul. "Como se o Brasil fosse o mesmo, quando realmente não é, por causa das diferenças sócio-econômicas", observou.

Agripino informou que formulava a proposição com base nas sugestões do "Grito da Seca", encontro da sociedade civil do seu estado para debater o problema da seca no semi-árido, e na sua atuação como governador do Rio Grande do Norte, entre 1990 e 1994. Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que o projeto é muito importante para o Nordeste e para o Brasil e que Agripino estava pedindo pouco, mas de forma inteligente.

Elói Portela cobra ação permanente contra a seca

Convencido de que ainda não foram tomadas as providências necessárias para resolver o problema da seca no Nordeste, o senador Elói Portela (PPB-PI) criticou a forma como os governos estaduais e federal conduzem os projetos nessa área. "Uma das causas do fracasso é a descontinuidade. Nos últimos 20 anos, o governo federal lançou pelo menos oito projetos com a mesma proposta de dar condições ao sertanejo para enfrentar os períodos de estiagem", observou, salientando que todos seriam permanentes, mas acabaram abandonados.

O senador disse que no Brasil costuma-se considerar a seca como acaso e não como certeza e chamou a atenção para estudos que apontam a existência de



Elói critica descontinuidade

grandes lençóis de água subterrânea. Por isso, declarou-se esperando com a iniciativa da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, que propôs a realização de um levantamento completo da atual realidade da região, e pediu que o governo federal viabilize os recursos para o trabalho.

Alcântara alerta para os riscos de desertificação

"Um bilhão de pessoas no mundo já vivem em desertos", alertou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), informando que, de acordo com dados das Nações Unidas, 25% do território brasileiro estão ameaçados de desertificação, em função de queimadas, mineração irracional, uso excessivo de agrotóxicos, salinização das áreas de irrigação e poluição ambiental.

Para Alcântara, não é somente no Nordeste que a desertificação representa uma ameaça. "Os areais de Algrete (RS) já formam o primeiro deserto no Brasil. Trata-se de um processo de degradação da capacidade produtiva pela ação do homem", explicou.

O senador citou pesquisa da ONU mostrando que, na região Norte, o desmatamento indiscriminado e a erosão geram perdas agrícolas de 300 toneladas por hectare. No Centro-Oeste,

perdem-se terras produtivas pelo uso errado de técnicas de irrigação. No Sudeste, a devastação sistemática da Mata Atlântica representa a maior causa de deterioração do solo. No Sul, a erosão avança e ameaça milhares de hectares de esterilidade, a médio prazo. "Sem dúvida, porém, no Nordeste é que o perigo é maior", ressaltou, "pois em 55% do território o processo de desertificação já se manifesta".



Alcântara cita estudo da ONU

Agenda

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (23.6.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

Quarta-feira (24.6.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

Quinta-feira (25.6.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

Sexta-feira (26.6.98)

9h - Sessão não deliberativa

Segunda-feira (29.6.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno das PECs nºs 6 e 11/98, que dispõem sobre a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta.

Terça-feira (30.6.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quarto e último dia de discussão em primeiro turno das

PECs nºs 6 e 11/98, que dispõem sobre a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta. "Requerimento nº 401/98, de autoria do senador José Bianco, solicitando a prejudicialidade dos PLS nºs 15, 17, 50 e 112/96, 177 e 197/97, e PLC nº 114/95, que dispõe sobre planos de saúde, em virtude da aprovação do PLS nº 93/93, que versa sobre a mesma matéria, e "Requerimento nº 408/98, de autoria do senador José Eduardo Dutra, solicitando o desamparamento dos PLCs nºs 32/92 e 41/94, para tramitar separadamente dos PLCs nºs 17/93, 60/94, 32/95 e 104/97

Quarta-feira (01.7.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "PLS nº 77/98 Complementar, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada da Grande Teresina e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Teresina: no estado do Piauí

Quinta-feira (02.7.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

ESPECIAL

Quarta-feira (24.6.98)

Cultura ao Meio-Dia

Filme: Dois Poderes. Aclamado Patrício Portela

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lúcio Portela

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Holanda - Mariuce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djálba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Manuza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra do Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueas Dantas de Moraes

Fotos - Cálido Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone:

0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br



Carlos Patrocínio



Bello Parga



Mauro Miranda



Djalma Falcão



Geraldo Melo



Lauro Campos



Elói Portela

Vice-presidente do Senado anuncia nomes dos senadores e deputados do colegiado que ficará encarregado de exercer as funções do Legislativo durante o recesso do mês de julho, conforme estabelece a Constituição

Congresso forma Comissão Representativa

O 1º vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), anunciou, na sexta-feira, a composição da Comissão Representativa do Congresso Nacional, que funcionará durante o recesso de julho.

A comissão exerce várias funções no período, definidas no Regimento Comum. A Constituição diz que os membros da comissão serão eleitos, em cada Casa do Congresso, na última sessão ordinária do período legislativo, reproduzindo, na medida do possível, a composição partidária do Senado e da Câmara dos Deputados.

Entre outras atribuições, a Comissão Representativa pode autorizar o presidente e o vice-presidente da República a se ausentarem do país, deliberar sobre projeto de lei relativo a créditos adicionais solicitados pelo Poder Executivo e pronunciar-se sobre acordo internacional cujo prazo para aprovação termine durante o recesso parlamentar. Além disso, cabe à comissão fiscalizar os atos do Poder Executivo e convocar ministros de Estado, enviando-lhes pedidos de informação.

O Regimento determina que a Comissão Representativa seja composta de sete senadores e 16 deputados, com igual número de suplentes. O funcionamento da Comissão Representativa segue o modelo do próprio Congresso Nacional.

Por isso, nas deliberações, os votos dos senadores e deputados serão computados separadamente, iniciando-se a votação pelos membros da Câmara. O resultado representa a decisão de cada Casa, considerando-se aprovada a matéria que obtiver decisão favorável de ambas.



SENADO FEDERAL

TITULARES	PFL	SUPLENTES
Carlos Patrocínio (TO)		Edison Lobão (MA)
Bello Parga (MA)		Francelino Pereira (MG)
	PMDB	
Mauro Miranda (GO)		Ronaldo Cunha Lima (PB)
Djalma Falcão (AL)		Wellington Roberto (PB)
	PSDB	
Geraldo Melo (RN)		Jefferson Péres (AM)
	Bloco Oposição	
Lauro Campos (DF)		Sebastião Rocha (AP)
	PPB	
Elói Portela (PI)		João França (RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	PFL	SUPLENTES
Hugo Rodrigues		Álvaro Gaudêncio
Vilmar Rocha		Paulo Gouvêa
Osório Adriano		Antônio Geraldo
	PSDB	
Marconi Perillo		Antonio Carlos Pannunzio
Ronaldo Cezar Coelho		Damilo de Castro
Silvío Torres		Elias Murad
	Bloco PMDB - Prona	
Jorge Wilson		Carlos Mendes
Lídia Quinan		João Magalhães
Maria Elvira		Nair Xavier Lobo
	PPB	
Benedito Domingos		Prisco Viana
Oswaldo Reis		Roberto Balestra
Wigberto Tartuce		(vago)
	Bloco PT, PDT, PC do B	
Chico Vigilante		Miro Teixeira
José Maurício		Paulo Bernardo
Maria Laura		Pedro Wilson
	PTB	
Paulo Heslander		Arlindo Vargas

Jefferson critica opiniões de Brizola sobre privatização

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) criticou sexta-feira o ex-governador Leonel Brizola por declarações dadas durante esta semana à imprensa. Jefferson Péres considerou "irresponsáveis" as afirmações do candidato a vice-presidente na coligação PT/PDT de que, chegando ao poder, anularia as privatizações da Telebrás (prevista para julho) e da Vale do Rio Doce:

— Obviamente, qualquer cidadão em um país democrático pode dizer o que pensa. Mas eu me pergunto se um cidadão candidato a vice-presidente da República, com real chance de chegar ao poder, pode realmente falar sem pensar — afirmou o senador.

Na opinião de Jefferson Péres, as declarações de Brizola preocupam porque, no seu entendimento, não são apenas uma opinião pessoal sem maiores conseqüências, mas podem ser interpretadas como atitudes que a oposição venha a tomar caso vença a eleição de 4 de outubro.

A declaração de Brizola de que anularia a privatização da Telebrás "com uma canetada" foi considerada por Jefferson Péres uma bravata. O senador explicou que, se não houver vício na licitação e no contrato, caracteriza-se o ato jurídico perfeito, uma das garantias fundamentais da Constituição em vigor, que impede que o ato seja desfeito por decreto ou mesmo por lei:

— Brizola disse que também anularia a privatização da Vale, mesmo que não fosse constatada irregularidade. Aí está a leviandade do brava-teiro. Ele sabe que não é possível, a menos que passe pela sua cabeça que ele poderá, quem sabe amanhã, reeditar o assalto ao Palácio do Inverno (residência do czar Nicolau II, da Rússia, em São Petesburgo, à época da revolução bolchevique) e tomar o Planalto de assalto para implantar de novo o estado de exceção no país.

Jefferson Péres não sabe até que ponto o candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva compartilha as idéias de Brizola. Para ele, existe uma ambigüidade na candidatura do PT, que ainda não revelou o programa de governo do partido. O senador Jefferson Péres também chamou Leonel Brizola de "desintoxicado, esquerdista arcaico e paleossocialista".



Jefferson: "paleossocialismo"

Durante os próximos 12 anos, estados e municípios não poderão aumentar suas dívidas por meio de lançamento de papéis no mercado, segundo resolução do Senado que entrará em vigor nesta semana

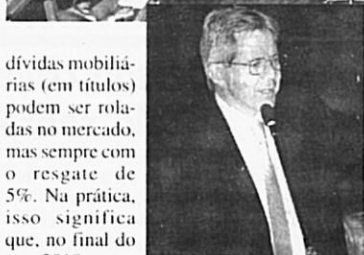
Proibida emissão de novos títulos até 2010

Até 31 de dezembro do ano 2010, nenhum governo estadual ou prefeitura poderá aumentar suas dívidas com o lançamento de novos títulos no mercado financeiro. A medida, tomada pelo Senado na quinta-feira, é considerada fundamental pelo governo para o equilíbrio das contas públicas estaduais e municipais, o que contribuirá para a redução dos juros cobrados no país. O déficit público é apontado por economistas de várias tendências como um empecilho à total estabilidade econômica do Brasil.

Essa é apenas uma das novas exigências contidas em resolução aprovada pelos senadores para limitar os gastos de estados e municípios com juros e pagamento de dívidas. Pela Constituição, compete privativamente ao Senado acompanhar o endividamento de governos estaduais e prefeituras. Os senadores decidiram que as atuais



A decisão do plenário, segundo Kleinübing (detalhe), evitará a cartelização



dívidas mobiliárias (em títulos) podem ser roladas no mercado, mas sempre com o resgate de 5%. Na prática, isso significa que, no final do ano 2010, essas dívidas terão caído no mínimo em 60%.

Uma resolução anterior do Senado (nº 69/95) já estabele-

cia várias limitações para que os governos aumentassem suas dívidas. No entanto, as investigações da CPI dos Títulos Públicos, promovidas pelo Senado no ano passado, descobriram que estados e prefeituras vinham se endividando irregularmente ou usando brechas da legislação

para tomar novos financiamentos, mesmo a juros extorsivos. A nova resolução, além de tornar mais severas as normas sobre endividamento, fecha essas brechas e passa a exigir do Banco Central análise profunda sobre a situação financeira de qualquer estado ou município que queira tomar algum empréstimo.

Um dos itens da nova resolução exige que uma prefeitura ou governo de estado só

tome empréstimo a título de antecipação de receitas orçamentárias (ARO) por leilão eletrônico no sistema financeiro e após ampla divulgação. Até agora, a prefeitura podia escolher o banco e acabava se sujeitando a juros altíssimos.

O senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), autor do texto aprovado, informou que o leilão eletrônico por fim à cartelização de alguns bancos nesses empréstimos de curto prazo. "Em 1995, apenas um banco realizou 24,8% de todas as operações de ARO do país. Dez bancos realizaram 66,7% das operações", citou Kleinübing. A resolução original foi apresentada em maio de 96 pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC). A legislação aprovada pelos senadores, com 48 artigos, deve entrar em vigor nesta semana.

O QUE MUDA COM A RESOLUÇÃO

ROLAGEM – Nenhum estado ou prefeitura poderá lançar novos títulos no mercado até o final do ano 2010. Só poderá haver rolagem da atual dívida, mas com resgate mínimo de 5%.

LIMITE – O gasto máximo com dívida fica limitado a 13% da receita líquida real. O total das dívidas tem de cair todo ano. No começo, fica limitado a 200% da receita líquida e, em 2010, não pode superar um ano de receita.

ARO – Prefeituras e governos estaduais não podem tomar empréstimo de antecipação de receita orçamentária (ARO) nos 12 meses anteriores à posse dos novos prefeitos e governadores. Ou seja, a dívida, por ser de curto prazo, não ficará para o sucessor.

LEILÃO – Para tomar empréstimo ARO, deve haver leilão eletrônico no Sistema Financeiro, o que reduzirá os juros.

JUROS – Nesses empréstimos, os juros não podem superar uma vez e meia a Taxa Básica Financeira (TBF). O saldo devedor dos empréstimos ARO fica limitado a 8% da receita líquida.

PEDIDO – O Banco Central terá de informar ao Senado se concorda ou não com o pedido de endividamento.

TRIBUTOS – Todo título estadual ou municipal poderá ser usado no pagamento de tributos. Isso aumenta a credibilidade do papel, levando a uma queda de juros.

Limitação de imunidade seguirá para a Câmara

Outro assunto votado na semana passada pelo Senado foi a limitação das imunidades de deputados e senadores. Trata-se de uma proposta de emenda constitucional que tomará mais fácil ao Supremo Tribunal Federal iniciar um processo criminal contra algum parlamentar. A emenda foi aprovada por unanimidade e agora será apreciada pela Câmara.

Os parlamentares continuarão com imunidade por suas opiniões, palavras e votos manifestados durante o mandato, conforme o texto votado, mas os crimes cometidos antes da posse não ficarão resguardados pela imunidade. Além disso, a Câmara ou o Senado terá 120 dias para se manifestar sobre um pedido do STF para iniciar um processo contra um parlamentar. Se não houver votação, o Supremo poderá abrir o processo depois desse prazo.

O texto a ser apreciado agora pela Câmara é um substitutivo que o senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentou a nove propostas de mudanças

constitucionais feitas pelos senadores nos últimos anos.

Também na última semana, o Senado apreciou mais de 50 matérias no plenário e nas comissões, entre elas o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares, proposto pela ONU. O tratado foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e agora será submetido à votação do plenário. Já a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) votou vários projetos, incluindo uma proposta do Superior Tribunal de Justiça para que sejam criadas no país mais 50 varas da Justiça Federal, o que permitirá reduzir os prazos médios de tramitação dos processos.

Das matérias apreciadas na semana que passou, uma gerou polêmica e, submetida a votação de plenário, acabou sendo rejeitada – a permissão para que cunhados e conchudados de prefeitos, governadores e presidente da República possam ser candidatos.

Emenda constitucional restringindo imunidade parlamentar foi a mais importante das propostas votadas. No total do ano, já são 221 proposições aprovadas. Comissões também tiveram semana de muita atividade

Senado aprova 35 matérias em uma semana

A proposta de emenda constitucional restringindo a imunidade parlamentar, votada em segundo turno na quinta-feira e enviada ao exame da Câmara dos Deputados, é uma das 35 matérias aprovadas pelo Senado na semana de 15 a 19 de junho. Já chega a 221 o número de matérias aprovadas pela Casa neste ano, e a 246 o total das apreciadas desde o início dos trabalhos, em 6 de janeiro.

Em outra decisão tomada na semana passada, foi rejeitada proposta de emenda à Constituição para alterar as normas de inelegibilidade, permitindo a candidatura de cunhados e outros parentes de governadores, prefeitos e do presidente da República. A matéria obteve maioria dos presentes, com 46 votos favoráveis, mas regimentalmente eram necessários 49.

O plenário aprovou também voto de pesar pelo falecimento do arquiteto Lúcio Costa, e a rolagem de dívidas mobiliárias do estado do Rio de Janeiro e do município de São Paulo.

Na terça-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) arguiu o juiz Gilson Langaro Dipp, indicado para vaga de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e, na quarta, aprovou parecer

do senador Esperidião Amin (PPB-SC), favorável ao projeto de lei de iniciativa do STJ criando nova estrutura para a Justiça Federal de 1º Grau no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Já a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer do senador Pedro Piva (PSDB-SP) autorizando contratação de empréstimo de US\$ 150 milhões junto ao Banco Mundial, para financiamento de programas de saneamento básico.

PRESIDENTE DO BC

A CAE realizou, na quarta-feira, audiência pública com o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, que expôs as medidas adotadas pelo governo em defesa do real e para evitar repercussões negativas da crise asiática.

Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, foi aprovado parecer do senador José Agripino (PFL-RN) favorável ao Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares, proposto pela Assembleia Geral da ONU e concluído em Nova York em 24 de setembro de 1966. O tratado, que vem sendo negociado há quase 40 anos, impede qualquer tipo de explosão nuclear realizada pelos países subscritores.

Bezerra sugere medidas urgentes contra desemprego

Ao classificar o desemprego de "flagelo do mundo globalizado", o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) instou o governo a adotar medidas diversificadas para combater o problema no Brasil. O senador defendeu o controle do impacto da abertura comercial, a redução dos juros e, principalmente, a qualificação e o treinamento profissional.

Para Bezerra, cabe à própria sociedade, especialmente às entidades representativas dos trabalhadores e empregadores, um papel fundamental na estratégia de combate ao desemprego. "Mas, ninguém contesta caber ao Estado o papel decisivo. Não se pode delegar ao mercado a tarefa de definir políticas públicas (industriais, agrícolas e de competitividade) a partir das quais se poderá aumentar nossa capacidade exportadora."

O senador reconheceu estar o Ministério do Trabalho

dinamizando seus programas de capacitação de trabalhadores, mas ponderou serem os números muito tímidos e aquém da demanda que vem sendo captada em todos os estados e municípios. "A proposta prevê a meta de 2,3 milhões de treinandos, para um dispêndio restrito a R\$ 523 milhões", afirmou.

Segundo Bezerra, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) poderia financiar, pelo menos, o contingente de trabalhadores sob sua responsabilidade direta; os beneficiários do seguro-desemprego que somam, na média do último triênio, 4,3 milhões de pessoas. "Para atendê-las no próximo ano, a dotação orçamentária precisaria ser ampliada para R\$ 980 milhões, número plenamente compatível com as disponibilidades financeiras do FAT", destacou.

Ao ponderar que "falar da minha aldeia é falar do mundo", Bezerra citou números de desemprego apurados em pes-



Bezerra recomenda uso do FAT

quisa realizada em 93 bairros da Grande Cuiabá: 14,6%. "Foram utilizados os mesmos cálculos da metodologia do IBGE, reconhecida pelo governo, que aponta 8,18% como taxa em nível nacional."

Carlos Bezerra ressaltou que a pesquisa define soluções regionais, como o socorro a mais de mil empresas industriais que estão endividadas - precisando de capital de giro para não desempregar mais - e a preparação de mão-de-obra levando em consideração a importância da atividade agrícola no estado. "A redução de 5,4 milhões de hectares na área plantada no Brasil já desempregou 2 milhões de trabalhadores rurais e Mato Grosso foi particularmente afetado."

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO

De 15 a 19 de junho de 1998

Projetos aprovados e enviados à sanção	2
Projetos aprovados e enviados à promulgação.....	21
Mensagens de escolha de autoridades	3
Mensagens de escolha de diplomatas	8
Emenda constitucional enviada à Câmara	1
Total de matérias aprovadas	35
Matérias enviadas ao arquivo	2
Total de matérias apreciadas	37

De 6 de janeiro a 19 de junho de 1998

Projetos aprovados e enviados à sanção	35
Projetos aprovados e enviados à promulgação.....	127
Projetos aprovados e enviados à Câmara	18
Escolha de chefes de missões diplomáticas.....	23
Escolha de autoridades	13
Emendas constitucionais promulgadas	2
Emendas constitucionais enviadas à Câmara.....	3
Total de matérias aprovadas	221
Propostas enviadas ao Arquivo	25
Total de matérias apreciadas	246

Patrocínio vai a FHC pedir criação de uma universidade no Tocantins

A implantação de uma universidade pública no Tocantins foi novamente cobrada na sexta-feira pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Ele comunicou que solicitaria uma audiência ao presidente Fernando Henrique Cardoso para, junto com professores e alunos do estado, solicitar a criação de uma instituição federal de ensino de nível superior.

— Quero acreditar que Fernando Henrique Cardoso, um dos educadores mais renomados do meu país, não passará o seu governo sem dotar Tocantins de sua universidade. Mais do que um sonho, este é um direito da juventude



Patrocínio: direito da juventude de do meu estado — argumentou.

Patrocínio leu a exposição de motivos que levará ao presidente, justificando a necessidade da criação de uma universidade no Tocantins. Ele adiantou que pretende colher assinaturas de todos

os senadores ao documento, antes de entregá-lo a Fernando Henrique Cardoso.

Em sua exposição de motivos, Patrocínio lembra que, mesmo antes da criação do estado de Tocantins, já se buscava a instalação de uma universidade federal na região conhecida como "Grande Norte de Goiás". Ele comentou que várias tentativas já foram feitas para sensibilizar o governo.

— Reivindico para a população tocanintense o direito concedido a todos os demais estados, ou seja, o de contar com pelo menos uma instituição pública federal de nível superior.

Exibição de curtas em debate na TV Senado

O projeto que torna obrigatória a exibição, nos cinemas, de filmes de curta metragem é o assunto de hoje do programa "Cidadania", exibido pela TV Senado. A proposta, de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), será discutida pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) e pelo cineasta André Luís da Cunha.

Favorável ao projeto, Arruda diz que a exibição dos curtas é de grande importância para a difusão da cultura nacional. O senador elogia, também, a Lei do Audiovisual, que, segundo ele, tem estimulado a produção de bons filmes brasileiros. Mas, para o senador, ainda são necessários novos avanços no setor.

Já André Luís lembra que, em outros países, há leis de proteção ao cinema. Ele também cobra mais ações do governo brasileiro para incentivar a produção cinematográfica.

O programa vai ao ar às 8h, 13h15 e 19h30.

Saneamento é tema de entrevista com secretária

A segunda etapa do Projeto de Modernização do Setor de Saneamento, que tem como foco as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, é o assunto principal da entrevista com a secretária de Política Urbana do Ministério do Planejamento Maria Emília Rocha Mello, que vai ao ar hoje às 7h, 9h30 e 18h45, pela TV Senado.

A secretária destaca, no programa, que a viabilização do projeto depende da aprovação, pelo Senado, de um empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Maria Emília informa, ainda, que há cinco mil obras de saneamento em execução no país, as quais irão beneficiar cerca de 24 milhões de pessoas.

Denúncias feitas por parlamentares contra governadores em campanha pela reeleição levaram o senador a solicitar ao tribunal que oriente os TREs no sentido de evitar abusos

Jucá pede ao TSE mais rigor na fiscalização do uso da máquina oficial

O senador Romero Jucá (PFL-RR) comunicou na sexta-feira ao plenário do Senado o envio de solicitação ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que oriente os tribunais regionais eleitorais (TREs) no sentido de que fiscalizem com mais rigidez e punam aqueles que descumprirem a legislação eleitoral quanto ao uso abusivo da máquina oficial durante o período de campanha, sobretudo quando se tratar de reeleição. Ele denunciou também ao TSE o excesso de gastos em publicidade pelo governo de Roraima.

Jucá esclareceu que foi um defensor do instituto da reeleição, por entender que essa seria uma oportunidade para o eleitorado julgar o desempenho



Jucá critica gasto com publicidade dos atuais prefeitos, governadores e do presidente da República. No entanto, a sucessão de denúncias feitas por outros senadores contra o mau uso da máquina oficial e o abuso do poder econômico, por parte de alguns governadores,

o levou a crer que os TREs não estariam "preparados para fiscalizar o próximo pleito".

Após referir-se a "fatos estupefacentes" narrados na véspera pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) sobre a convenção do PMDB na Paraíba, Romero Jucá assegurou que o governador de Roraima, Neudo Campos, também tem desrespeitado sistematicamente a legislação, sem que a Justiça Eleitoral tenha tomado as providências necessárias.

Para o senador, Roraima debate-se com graves dificuldades nas áreas de transporte, educação, saúde pública e segurança, "por falta de recursos e má administração". Baseando-se em denúncias publicadas

pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, ele apresentou documentação autenticada em cartório comprovando que, "proporcionalmente, Roraima é o estado que mais investe em publicidade em todo o país: R\$ 22,00 por habitante, enquanto a Gessy Lever ou a Coca-Cola gastam 20 vezes menos".

Segundo Romero Jucá, de acordo com a própria Assessoria de Comunicação Social do governador Neudo Campos, ele pagou, com dinheiro público, mais de 3.600 inserções publicitárias em menos de três meses, em apenas uma das estações de TV de Roraima. "Isto equivale a 10 dias de lavagem cerebral", afirmou.

Convenção deve ser acatada, diz Suassuna

Denúncias de irregularidades na convenção do PMDB da Paraíba, feitas na quinta-feira pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), levaram o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) a rebater em plenário as acusações de que convenções teriam sido "confinados" em um hotel de Natal (RN) sob a guarda de policiais e autoridades paraibanas.

Suassuna afirmou ter lutado para evitar divisões no partido na Paraíba, e observou que, depois da disputa entre o atual governador, José Maranhão, e Ronaldo pela indicação do candidato do PMDB ao governo do estado, é hora de os derrotados reconhecerem a vitória e cumprirem as regras democráticas.

Segundo Suassuna, cada um dos convenacionais pagou sua própria estada no Hotel Vila do Mar, em Natal:

- Acredito que as acusações tenham sido feitas em momento de emoção.

O senador citou nota publicada em jornais da Paraíba nas



Suassuna rebate acusações, quais o governador afirma ser inverídica a informação de que teria estado em Natal este mês.

- José Maranhão esteve o tempo todo na Paraíba, ocupado com o combate à seca e com os assuntos de interesse do estado - afirmou.

Suassuna aproveitou para informar que o juiz-corregedor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) da Paraíba indeferiu requerimento preventivo encaminhado pelo advogado do senador Ronaldo sob o argumento de que pretendia evitar irregularidades na convenção.

Ronaldo renova suspeita de suborno

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) sustentou na sexta-feira, em plenário, as acusações de que os convenicionais do PMDB paraibano teriam sido "confinados" em Natal antes da convenção do partido. No mesmo hotel estariam, segundo o senador, secretários de Estado da Paraíba, além de policiais que exerceram "coação e pressão sobre os convenicionais". Reafirmando sua crença no tribunal da Paraíba e na Justiça Eleitoral do país, ele anunciou que está entrando com uma representação para que o caso seja apurado.

Ronaldo pediu a palavra depois do pronunciamento do senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Conforme Ronaldo Cunha Lima, os delegados à convenção do PMDB paraibano teriam recebido propostas em dinheiro para votar a favor do governador do estado. "Ofereceram até R\$ 200 mil", disse, revelando ter provas da corrupção.



Ronaldo vê delegados coagidos

- Confio que a Justiça vai pedir a apuração dos fatos - afirmou o senador. O despacho do juiz-corregedor lido por Suassuna foi datado do dia 12 de junho, antes da convenção, mas, agora, Ronaldo acredita que o juiz vai basear sua decisão nas provas apresentadas. "Desmentir que os convenicionais foram confinados é negar evidências", advertiu o senador, para quem nunca houve convenção tão desvirtuada na história do país. Ele assegurou que lutará para evitar que o estado seja "enlameado".

Senador lamenta que o governo, Brasília e o Brasil não tenham sabido homenagear devidamente o urbanista falecido no dia 13

Távola diz que o país não fez justiça à obra de Lúcio Costa

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) lamentou as escassas homenagens prestadas ao arquiteto e urbanista Lúcio Costa, recentemente falecido. Segundo o senador, o governo, Brasília e o Brasil "não fizeram justiça a Lúcio Costa, que, ao lado de outros de sua geração, trouxe o modernismo para a arquitetura brasileira, a exemplo do que fizeram outros intelectuais, em outros campos, com a Semana de Arte Moderna de 22".

Disposto a reparar, da tribuna do Senado, "parte desse erro", o parlamentar fluminense criticou "certo tipo de jornalismo brasileiro para o



Para Távola, faltaram homenagens à altura da importância do arquiteto qual certamente a briga entre Dunga e Beto era mais importante que registrar à altura a obra e o papel de Lúcio Costa na arquitetura nacional, pelo menos no momento de sua morte".

No entender de Artur da

Távola, a cidade de Brasília e sua concepção "socialista e resistente à voracidade da especulação imobiliária" são o exemplo maior do trabalho de Lúcio Costa como arquiteto e urbanista, ao lado de Oscar Niemeyer. A cidade, hoje, se-

ria "o último suspiro do modernismo aplicado à arquitetura e razoavelmente preservado", acrescentou.

O senador enfatizou a organização da cidade em quadras e sua estrutura, buscando equilibrar espaço e construções: "Brasília só veio a ter grandes edifícios no tempo da ditadura", afirmou, lamentando que a ocupação da Asa Norte tenha sofrido do assédio da especulação imobiliária, ao contrário do que ocorreu na Asa Sul. Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) apoiou o pronunciamento de Artur da Távola e sua crítica às poucas homenagens prestadas ao arquiteto Lúcio Costa.



Cabral: retrato raro do Brasil

Cabral elogia livro de escritor paraense

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou o lançamento do livro *Os dez Brasís*, do escritor paraense Jorge Baleeiro de Lacerda. Segundo o senador, o livro mostra um retrato raro do país, tendo merecido elogios do jornalista Villas-Bôas Corrêa, em sua coluna no *Jornal do Brasil* do dia 12 deste mês. Autodidata, o escritor também é pesquisador e poliglota, disse Cabral.

- Villas-Bôas não faz elogio fácil. Ele fez justiça a um homem que está mostrando como é o Brasil - afirmou.

No artigo, intitulado *O livro do caminhante*, o jornalista diz que essa obra foge do esquadro habitual, oferece "um rosário de excepcionais" e relata "trilhas sem fim" de mares, rios e lagoas que vão desde a Amazônia até o sul do Brasil.

Conforme o relato do jornalista, lido por Cabral, o livro foi colhido em pesquisa de campo, tem texto enxuto e fluente e baixo custo.

Arruda destaca papel do criador de Brasília

O arquiteto Lúcio Costa, falecido no dia 13, no Rio de Janeiro, foi homenageado pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que o definiu como "o criador de Brasília".

Depois de historiar a trajetória profissional de Lúcio Costa e seu papel como modernizador da arquitetura brasileira, o senador brasi-

liense destacou sua visão humanista e seu "desapego a coisas materiais", fato que o levou a morrer pobre, em um modesto apartamento no Leblon. Arruda registrou as homenagens que Lúcio Costa recebeu em vida, notadamente em Brasília, onde funciona inclusive um memorial com seu nome, em plena Praça dos Três Poderes.



Arruda afirma que Brasília é símbolo de humanismo e liberdade

Na definição de José Roberto Arruda, que fez questão de ir ao funeral do arquiteto, "Brasília é um símbolo da liberdade graças à concepção

humanista de Lúcio Costa, cuja arquitetura é arte, e que, mesmo no final da vida, aos 96 anos, jamais jogou uma frase fora".

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

7h - Entrevista com a secretária de Política Urbana do Ministério do Planejamento, Maria Emilia Rocha, sobre a política de saneamento básico

8h - "Cidadania" - com a participação do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) e do cineasta André Luis da Cunha, sobre a obrigatoriedade de exibição de filmes de curta metragem nos cinemas

9h30 - Entrevista com a secretária de Política Urbana do Ministério do Planejamento, Maria Emilia Rocha, sobre a política de saneamento básico

10h - Comissão de Assuntos Econômicos - audiência pública com o presidente do Banco Central-Gustavo Franco (reapresentação)

13h15 - "Cidadania" - com a participação do senador José Roberto Arruda e o cineasta André Luis da Cunha, sobre a obrigatoriedade de exibição de filmes de curta metragem nos

cinemas

14h30 - Sessão plenária não deliberativa (vivo)

18h45 - Entrevista com a secretária de Política Urbana do Ministério do Planejamento, Maria Emilia Rocha, sobre a política de saneamento básico

19h30 - "Cidadania" - com a participação do senador José Roberto Arruda e do cineasta André Luis da Cunha, sobre a obrigatoriedade de exibição de filmes de curta metragem nos cinemas

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - "Mulheres em Debate" sobre depressão

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - "Fala, Cidadão"

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs. Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

19h - "A Voz do Brasil"

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

0h - Retransmissão da sessão plenária

3h - Música e informação até as 7h30

Projeto de Marina Silva determina que 2% dos recursos do FPE sejam aplicados em projetos de desenvolvimento sustentável nos estados que abriguem unidades de conservação ambiental

Fundo pode estimular preservação ambiental

Projeto de lei complementar apresentado sexta-feira pela senadora Marina Silva (PT-AC) estabelece que 2% dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal serão aplicados em projetos de desenvolvimento sustentável nos estados que abriguem unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas.

No entender da senadora, a proposta justifica-se porque a conservação do meio am-



Marina: indução é eficaz

biente, "longe de representar um entrave ao desenvolvimento, deve constituir garantia fundamental para assegurar a sustentabilidade desse desenvolvimento, para conter o processo acelerado de exaustão dos recursos naturais". Essa perspectiva, destaca, é uma evolução natural para o reconhecimento de que "o desenvolvimento socialmente justo e a conservação do meio ambiente são

perfeitamente compatíveis". Em defesa da aprovação de sua proposta, Marina Silva sustenta que, nas condições brasileiras, "esse desafio assume proporções ainda maiores, diante dos padrões seculares predatórios e de caráter imediato que orientaram a exploração de recursos naturais ao longo de nossa História".

INCENTIVOS

A senadora lembra que, em alguns países, "já se vem consagrando o emprego da tributação e dos incentivos fiscais como importante instrumento para induzir os agentes econômicos a adotar práticas ambientalmente saudáveis e socialmente mais justas, dentro dos

parâmetros de uma economia de mercado".

Pelo projeto, o artigo 2º da Lei Complementar 62/89 passaria a determinar que 84% dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal seriam destinados às unidades da Federação integrantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, enquanto outros 14% iriam para as unidades das regiões Sul e Sudeste. Os 2% restantes passariam a constituir a reserva do fundo destinado a apoiar os projetos de desenvolvimento ecologicamente corretos nos estados que tenham unidades de conservação da natureza e reservas indígenas.



Jonas espera negociação

Jonas quer medidas contra crise do álcool

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) fez um apelo ao governo federal, na sexta-feira, para que implemente medidas a fim de impedir o aprofundamento da crise no setor sucroalcooleiro.

— Tenho confiança de que a retomada das negociações entre o governo e representantes do setor criará as condições essenciais para a autogestão do setor e definirá regras estáveis e duradouras para a reabilitação do Proálcool — ressaltou.

Para Jonas Pinheiro, o argumento de que o preço final do álcool combustível é pouco competitivo em relação aos derivados do petróleo não leva em conta diferenças profundas que impossibilitam esse tipo de comparação simplista.

O Proálcool extrapolou sua própria dimensão e deixou de ser apenas uma alternativa para assegurar o fornecimento de combustíveis estratégicos para o Brasil. O Proálcool integrou, num contexto mais amplo, a questão ambiental e a questão econômico-social vinculada ao emprego — avaliou o senador.

O setor sucroalcooleiro emprega, no interior do país, segundo dados de Jonas Pinheiro, cerca de 1,3 milhão de pessoas, envolvendo perto de 60 mil fornecedores e 350 unidades industriais.

— A eventual eliminação de empregos nesse setor provocará uma situação de convulsão nas regiões produtoras — previu o senador.

Amorim acusa Ibama de oprimir a Amazônia

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse sexta-feira que o Ibama atua na Amazônia obedecendo a interesses internacionais e deixando, com isso, de cumprir a legislação brasileira de preservação ambiental. Ele afirmou que "o Ibama não multa quem impede a regeneração de áreas de preservação permanente no Centro-Sul do país, não fiscaliza e não promove a recomposição das reservas florestais, mas oprime as populações da Amazônia".

— O Ibama é omissivo e covarde porque oprime e humilha os migrantes, estes excluídos que buscam meio de vida na Amazônia, enfrentando a malária, a ausência de infraestrutura pública e toda a sorte de dificuldades — advertiu.

O senador salientou que o órgão "distribui multas e apreende madeira, em troca de diárias viabilizadas por convênios internacionais, que são estimulados pelas grandes empresas mundiais que exploram os recursos naturais, inclusive madeiras, e querem conservar a Amazônia



Amorim: Ibama humilha migrante

intacta, como reserva".

Amorim disse que o Exército ajuda a reprimir a exploração dos recursos naturais da região, dando cobertura ao Ibama.

Dados apresentados pelo senador informam que a reserva florestal da Amazônia legal é de 50% da propriedade, nas áreas de zoneamento agroecológico, e de 80% nas áreas sem esse zoneamento. No restante do país, a reserva é de apenas 20% da propriedade, de acordo com a meta estabelecida pela Lei 7.803, de 18 de julho de 1989.

Flaviano cobra proteção para tribos recém-descobertas

Preocupado com possíveis conflitos entre seringueiros e índios, o senador Flaviano Melo (PMDB-AC) pediu proteção para as tribos isoladas descobertas recentemente pela Funai na região do Alto Tarauacá, no Acre, e também para as populações caboclas que vivem na região e que têm sido atacadas nos últimos dois anos. "Com a chegada do verão — época do estio na Amazônia —, esses conflitos tendem a se agravar, pois tanto os seringueiros quanto os índios saem em busca de caça e pesca na mesma região. E todos estão armados: os índios com flechas e facões; os seringueiros com espingardas", explicou o senador.

Apoiando a política de manter essas tribos no isolamento, Flaviano Melo disse que a Funai está enviando um grupo de trabalho para realizar um levantamento cartorial e das benfeitorias feitas pelas 38 famílias que se encontram próximas às localidades ocupadas pelos índios, com o objetivo de indenizá-las.

— Entretanto, o problema requer uma solução mais urgente. É necessário que a Funai,

com a ajuda do Inera e de outros órgãos, promova a imediata remoção dos seringueiros daquela área. Não se pode esperar pelos resultados do levantamento a ser realizado pelo grupo de trabalho da Funai, que levaria cerca de três meses para ser concluído — afirmou o senador.

Flaviano informou que, segundo o chefe do escritório da Funai no Acre, Sebastião Figueiredo, são necessários R\$ 190 mil para que seja instalada, imediatamente, uma frente de vigilância na região, para evitar que os seringueiros entrem naquelas matas e corram risco de vida.



Para Flaviano, é preciso agir rápido